



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XXXIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – 2ª etapa
10 de maio de 2014

PROVA ESCRITA DE DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.

I N S T R U Ç Õ E S

- 1- Cada pergunta terá peso 1 (um).
- 2- Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
- 3- Numere as respostas de acordo com as questões.
- 4- Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente. Na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra "digo"**, não podendo, em qualquer circunstância, rasurar o texto errado.
- 5- Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
- 6- Em nenhuma hipótese serão consideradas as anotações feitas em folhas de rascunho. Caso deseje valer-se de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
- 7- Poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientações jurisprudenciais. Somente poderão ser consultados textos legais sem comentários, sem notas explicativas, bem como sem anotações ou marcações pelos candidatos, seja com caneta marca texto, lápis ou caneta. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
- 8- Não serão admitidos cópias de textos de legislação extraídos da Internet ou similares; autorizadas, somente, no caso de leis alteradas recentemente, se impressas de Diário Oficial, no original ou xerocópia.
- 9- Os textos de legislação só poderão conter separadores (linguetas), sem qualquer tipo de anotação, salvo a indicação de lei ou código a que se refere.
- 10- O material que não estiver nas condições permitidas não poderá ser utilizado pelos candidatos, sendo retido pelos fiscais de sala e devolvido ao final da prova.
- 11- A primeira folha do caderno de respostas deverá ser utilizado pelo candidato para resposta das questões.
- 12- Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, "pager" ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive "palms" ou similares e relógio digital. O candidato que estiver portando qualquer tipo de aparelho eletrônico deverá desligá-lo e entregá-lo ao fiscal de sala.
- 13- O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
- 14- Não será prestado nenhum esclarecimento sobre o enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las.
- 15- Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
- 16- Os 2 (dois) últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
- 17- O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da prova na sala 101, 1º andar.

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

TITULARES

DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS - Presidente
DESEMBARGADOR SIDNEI ALVES TEIXEIRA
ADVOGADO GERALDO BARALDI JUNIOR – OAB

SUPLENTES

JUIZ RUI CÉSAR PÚBLIO BORGES CORRÊA
JUIZ MARCOS NEVES FAVA
ADVOGADO CARLOS CARMELO BALARÓ - OAB

QUESTÃO 01

Estabeleça a distinção entre resolução e rescisão do contrato de trabalho, indicando as situações em que ocorrem.

QUESTÃO 02

Joana Maria, bem sucedida na demanda trabalhista ajuizada, em que teve reconhecido o vínculo de emprego doméstico no período de 5/8/2008 a 7/2/2012 e o direito às verbas trabalhistas correspondentes, após a penhora do único imóvel do executado (seu ex-empregador), que era utilizado para moradia há mais de 20 anos e no qual a exequente trabalhou durante o período contratual, é intimada para impugnar os embargos à penhora, nos quais o embargante-executado alega a impenhorabilidade do bem de família. Considerando que os embargos não foram impugnados, esclareça se devem ser acolhidos ou rejeitados pelo magistrado. Fundamente a resposta.

QUESTÃO 03

Em relação às normas de proteção à pessoa com deficiência, responda de maneira fundamentada:

- A) Existe a possibilidade do preenchimento das cotas de empregados com deficiência por meio da contratação de aprendizes?
- B) Empresa que ainda não preencha a cota de empregados com deficiência, prevista na Lei, pode substituir um empregado com deficiência por outro de condição semelhante?

QUESTÃO 04

Em se tratando de execução do julgado, há possibilidade de compatibilização entre os arts. 899, *caput*, *in fine*, da CLT e 475-O, *caput*, do CPC e a jurisprudência consolidada do colendo Tribunal Superior do Trabalho, quando se tratar de penhora em dinheiro?

QUESTÃO 05

O juiz do trabalho decretou a revelia e confissão ficta da reclamada e julgou procedentes os pedidos da reclamação, tendo em vista a rejeição da exceção de incompetência em razão do lugar, considerando que a contestação não fora juntada na mesma oportunidade em que ofertada a exceção. Pergunta-se: o magistrado agiu corretamente?

QUESTÃO 06

Empresa Y, que se dedica ao transporte coletivo urbano, emprega cerca de 550 empregados. Em dezembro de 2009, referida empresa adquire o controle acionário da **Empresa X**, que se dedica ao transporte de cargas rodoviárias, empregando 2000 empregados, com faturamento superior ao da **Empresa Y**. Diante do exposto, e considerando que o transporte de cargas passa a ser a atividade preponderante desenvolvida pela maioria dos empregados das empresas, resolve-se transferir cerca de 500 empregados da **Empresa Y** para **Empresa X**.

Considerando a situação mencionada, responda de maneira fundamentada:

- A) A transferência de empregados de uma empresa para outra pode ser realizada, considerando as distintas atividades econômicas desenvolvidas?
- B) Empregado da **Empresa Y** que possua garantia de emprego, fundada em norma coletiva da respectiva categoria profissional, perde mencionado direito em decorrência da transferência para a **Empresa X**, na qual os empregados são representados por sindicato de outra categoria?

QUESTÃO 07

Há possibilidade de decretação, mesmo *ex officio*, de tutela específica em favor de trabalhador, quanto a uma obrigação de fazer, nos termos do processo comum? Em caso afirmativo, referida tutela pode ser concedida em qual momento processual?

QUESTÃO 08

A ampliação de competência da Justiça do Trabalho, em face da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, autoriza a conclusão de que a fraude contra credores pode ser decretada por juiz do trabalho na fase de execução do julgado?

S.P.Q.R.

QUESTÃO 09

Joana Maria ajuíza reclamação em face de **Pontes e Viadutos Estaduais** (ente da Administração Pública indireta estadual) e de **PontesPrev** (fundo de pensão), em 7/5/2014, mediante a qual postula diferenças na complementação de aposentadoria decorrente de parcela sucessiva assegurada por lei, que não foi corretamente quitada por **Pontes e Viadutos Estaduais** durante o contrato individual de trabalho. Para tanto, aduz que foi implantado um novo PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) em 2010, ao qual não aderiu, estando ainda inserida no antigo PCCS de 1995, que assegura o direito à parcela vindicada. Esclarece e prova, ainda, que há participação estatal, por meio de lei estadual, acerca da composição do patrimônio do fundo de pensão. Pugna pela responsabilização das rés.

Diante da situação acima, e admitindo que os fatos alegados se encontram devidamente comprovados, responda de maneira fundamentada:

- A) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a demanda?
- B) Qual será a prescrição aplicável?
- C) Considerando que o PCCS de 2010 é mais benéfico, seria defensável a não aplicação do PCCS de 1995?
- D) Qual será a responsabilidade de cada réu em relação aos direitos da autora?

QUESTÃO 10

Joana Maria foi admitida para trabalhar no Cartório de Notas em janeiro de 1996, sendo dispensada em abril de 2014. Por meio de concurso público, o atual **Tabelião** assumiu o Cartório em 2007. No período da prestação de trabalho, teve alguns direitos não respeitados, motivo pelo qual ajuizou reclamação trabalhista em face do **Cartório**, do **Tabelião** e da **Fazenda Estadual**, objetivando a condenação solidária das reclamadas.

Diante da situação mencionada, responda de maneira fundamentada:

- A) Quem possui legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo da demanda?
- B) Havia necessidade de concurso público à época da contratação? Qual é o regime jurídico que disciplina a prestação de serviços de Joana Maria?
- C) O Tabelião responde pelo passivo trabalhista do período anterior a 2007?
- D) Qual é a espécie de responsabilidade das partes?

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS